

DOCUMENTO METODOLÓGICO

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

Versão 2.1

Designação da operação estatística: Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

Sigla da operação estatística: ISDR

Código da operação estatística: 127

Código da atividade estatística – CGA*: 440

Código de versão do DMET: 2.1

Data de entrada em vigor da versão do DMET: junho de 2020

Data da última atualização do DMET: junho 2020

Entidade responsável pela operação estatística: INE/GET

* Para uso exclusivo nas operações da responsabilidade do INE.

ÍNDICE

I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

- I.1 Designação da operação estatística
- I.2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística
- I.3 Código da operação estatística
- I.4 Código SIGINE (modelo estatístico)
- I.5 Código da Atividade Estatística
- I.6 Código de Versão do Documento Metodológico
- I.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico
- I.8 Data da última atualização do Documento Metodológico
- I.9 Entidade responsável pela operação estatística
- I.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação estatística

II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO

III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO

- III.1 Contexto da operação estatística
- III.2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação
- III.3 Objetivos da operação estatística
- III.4 Financiamento da operação estatística

IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL

- IV.1 Tipo de operação estatística
- IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística
- IV.3 Periodicidade da operação estatística
- IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística
- IV.5 Principais utilizadores da informação
- IV.6 Difusão
 - IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação
 - IV.6.2 Revisões
 - IV.6.3 Produtos de difusão regular

V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

- V.1 População-alvo
- V.2 Base de amostragem
- V.3 Unidade(s) estatística(s) de observação
- V.4 Desenho da amostra

- V.4.1 Características da amostra
- V.4.2 Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra
- V.5 Construção do(s) questionário(s)
 - V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao(s) questionário (s)
 - V.5.2 Tempo médio de preenchimento do(s) questionário (s)
- V.6 Recolha de dados
 - V.6.1 Recolha direta de dados
 - V.6.1.1 Período(s) de recolha
 - V.6.1.2 Método(s) de recolha
 - V.6.1.3 Critério para o fecho da recolha
 - V.6.1.4 Possibilidade de inquirição Proxy
 - V.6.1.5 Sessões Informativas
 - V.6.2 Recolha não-direta de dados
- V.7 Tratamento de dados
 - V.7.1 Validação e análise
 - V.7.2 Tratamento de não respostas
 - V.7.3 Obtenção de resultados
 - V.7.4 Ajustamentos dos dados
 - V.7.5 Comparabilidade e coerência
 - V.7.6 Confidencialidade dos dados

VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO

VII. VARIÁVEIS DERIVADAS

VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR

IX. CONCEITOS

X. CLASSIFICAÇÕES

XI. SIGLAS E ABREVIATURAS

XII. BIBLIOGRAFIA

XIII. ANEXOS

Anexo 1 (anexo ao ponto III.1 Contexto da operação estatística)

Anexo 2 (anexo ao ponto VI. Variáveis de recolha não-direta)

I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

I.1 Designação da operação estatística

Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

I.2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística

ISDR

I.3 Código da operação estatística

127

I.4 Código SIGINE (modelo estatístico)

Não aplicável

I.5 Código da Atividade Estatística

Área 45 – Território

Família 451 – Estatísticas de Base Regional

Atividade 440 – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional

I. 6 Código de Versão do Documento Metodológico

2.1

I.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico

junho de 2020

I.8 Data da última atualização do Documento Metodológico

junho de 2020

I.9 Entidade responsável pela operação estatística

INE

- Unidade Orgânica (UO): GET – Gabinete para a Coordenação das Estatísticas Territoriais

- Técnicos responsáveis

Rita Santos

Tel: +351 218 440 438

rita.santos@ine.pt

I.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação

Não aplicável

II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO

Nova versão:

- Alteração de variáveis de observação
- Alteração de conceitos
- Alteração de classificações
- Alteração de produtos de difusão
- Alteração de fontes estatísticas
- Alteração do método de recolha
- Alteração de âmbito na população
- Alteração do desenho amostral
- Outros motivos

☒☒☐☐☐☐☐☐☒

Incorporação da informação das Contas Regionais na base 2016.

III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO

III.1 Contexto da operação estatística

No âmbito de um protocolo celebrado, em 2007, entre o Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) e o Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP) do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, deu-se início a um projeto para a construção de um índice sintético de desenvolvimento regional (ISDR) para Portugal, que beneficiasse de anteriores experiências do mesmo tipo realizadas no país (Carvalho e Matias, 2004; Mateus *et al.*, 2005), com o objetivo de disponibilizar, com uma periodicidade bienal, resultados que permitissem acompanhar as assimetrias regionais e apoiar a análise de contexto das políticas públicas territorializadas ou com impactos territoriais diferenciados. Este grupo de trabalho assumiu por princípio que a concetualização do desenvolvimento regional remete para uma operacionalização de conceitos mutáveis, no tempo e no espaço. As 30 regiões NUTS III portuguesas foram fixadas como contexto espacial e a delimitação temporal foi implicitamente associada ao ciclo de programação da política europeia de coesão então vigente, beneficiando a elaboração do ISDR da reflexão associada à preparação do período de programação 2007-2013. Em maio de 2009, foi divulgado pelo INE/DPP um estudo preliminar com resultados para os anos de 2004 a 2006.

O contexto que define o enquadramento concetual do ISDR tem registado desenvolvimentos desde que os resultados foram publicados pela primeira vez em 2009. A manifestação do interesse por parte de várias entidades salientou a importância de que fosse produzido, numa base anual, um instrumento estatístico que pudesse apoiar a monitorização das políticas públicas com incidência territorial. A discussão e reflexão subsequentes desenvolvidas pelo INE, tendo em vista a divulgação anual de resultados, conduziram à redefinição de algumas variáveis de base e a ajustamentos metodológicos, que tiveram como principal referência, no que diz respeito à pertinência da informação estatística de base territorial, o “Sistema de indicadores de monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas”. Estas opções foram formalizadas na versão 1.0 do documento metodológico *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional*.

A versão 2.0 do ISDR resultou da adoção da nova geografia das sub-regiões NUTS III (NUTS-2013) e de ajustamentos na informação de base à operacionalização do ISDR que tiveram como referência o enquadramento estratégico formulado no Portugal 2020 e o quadro de disponibilidade de informação vigente. Paralelamente, a versão 2.0 divulgada em 2015 correspondeu a uma antecipação do calendário de divulgação dos resultados de abril do ano $n+3$ para o 1º semestre do ano $n+2$, refletindo um ganho temporal significativo na divulgação dos dados. Esta nova série do ISDR assumiu o ano de 2011 como primeiro período de referência dos resultados.

A versão 2.1 deste documento metodológico resulta da incorporação dos dados das Contas Regionais relativos ao produto interno bruto e ao valor acrescentado bruto na nova base 2016 e, à substituição do indicador ‘Médicos ao serviço nos centros de saúde por 1 000 habitantes’ uma vez que o Inquérito aos Centros de Saúde foi descontinuado, não tendo sido possível atualizar esta informação desde a edição de 2015 do ISDR (para uma descrição mais detalhada das alterações aos indicadores de base, consulte-se o anexo 1 incluído no final do Documento Metodológico).

A Informação associada ao ISDR tem sido utilizada para a definição e monitorização de políticas públicas. Os resultados do ISDR associados à versão 1 constituíram uma referência para a análise das dinâmicas regionais, tendo, nomeadamente, sido incorporados nos relatórios anuais de acompanhamento do QREN e dos respetivos Programas Operacionais (PO) Regionais e nos diagnósticos associados aos PO Regionais para o ciclo de programação 2014-2020. Ainda, no quadro do ciclo de programação dos fundos estruturais para o período 2014-2020 (Portugal 2020), o ISDR foi apresentado como base para o cumprimento da condicionalidade *ex-ante* relativa aos sistemas estatísticos e indicadores de resultados, na medida em que permite acompanhar as assimetrias regionais e apoiar a análise de contexto das políticas públicas territorializadas ou com impactos territoriais diferenciados. Em 2013, a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, veio conferir uma importância acrescida ao ISDR ao constituí-lo como um critério de referência na distribuição das transferências do Orçamento do Estado pelas entidades intermunicipais.

A principal valência dos indicadores compósitos reside na capacidade de integrar uma vasta quantidade de informação num formato de leitura simples (OECD, 2003: 3). Esta característica torna os indicadores compósitos num elemento facilitador da análise de fenómenos complexos, sendo especialmente interessantes para suportar a avaliação objetiva de fenómenos multidimensionais. Na realidade, significa transformar um conjunto de indicadores simples, relacionados com determinado fenómeno, num único indicador sintético e de fácil leitura. Neste sentido, os indicadores compósitos constituem uma ferramenta útil, simultaneamente, para os decisores de política – porque fornecem informação de suporte à tomada de decisão – e para a sociedade civil – porque permitem apreender com facilidade a evolução de fenómenos complexos. São vários os exemplos de utilização de indicadores compósitos para a monitorização de fenómenos complexos ao nível internacional (Bandura, 2008). A discussão sobre a importância deste tipo de indicadores para o acompanhamento das trajetórias de desenvolvimento encontra-se na agenda política internacional: o Fórum Mundial da OCDE realizado em 2007 atribuiu especial importância a esta temática, bem como a conferência internacional “Beyond GDP” dinamizada pela Comissão Europeia, pelo Parlamento Europeu, pelo Clube de Roma e pela OCDE no mesmo ano. Do ponto de vista territorial, os indicadores compósitos são particularmente apelativos por permitirem hierarquizar o desempenho de diferentes unidades territoriais, avaliar a respetiva evolução ao longo do tempo e, conseqüentemente, conhecer melhor os processos de convergência territorial.

Contudo, a qualidade de um indicador compósito está, naturalmente, dependente da disponibilidade da informação com relevância analítica para o fenómeno que está a ser medido.

Para além da seleção da informação de base, a construção de indicadores compósitos implica tomar várias opções metodológicas, nomeadamente no que respeita a métodos de normalização dos indicadores de base, a métodos de agregação e ponderação destes indicadores e ainda a métodos de apresentação do resultado final por forma a garantir a facilidade de leitura e interpretação. Deste conjunto de procedimentos, resulta um distanciamento entre a informação de base selecionada para retratar determinado fenómeno e os resultados do índice e conduz, não raras vezes, à referência dos indicadores compósitos como pouco transparentes e de reduzida robustez (OECD *et al.*, 2008: 13). É, por isso, fundamental garantir que a disponibilização dos resultados provenientes deste tipo de indicadores seja acompanhada por metainformação que traduza as opções metodológicas associadas aos resultados e delimite o âmbito das potencialidades analíticas do índice.

Importa, assim, referir que as opções de concetualização e de operacionalização do ISDR foram sustentadas numa análise de sensibilidade à robustez dos resultados na qual, para além da análise de pertinência dos indicadores escolhidos, se procedeu a uma análise comparativa de diferentes cenários de apuramento do ISDR, nomeadamente os correspondentes a diferentes métodos de normalização e agregação, bem como a uma análise dos impactos nas revisões do histórico do ISDR. No sentido de sustentar a robustez dos resultados, promoveu-se, com base na versão preliminar do ISDR, uma sessão de discussão com um grupo de especialistas, sobre as opções de concetualização e de operacionalização, bem como sobre os resultados.

O ISDR contempla as dimensões competitividade e coesão, à semelhança da estrutura adotada em Mateus *et al.* (2005), às quais se adicionou a dimensão qualidade ambiental, tendo em conta a sua importância num conceito alargado de desenvolvimento regional. O índice global de desenvolvimento regional é o resultado da média simples das três dimensões, pois assume-se que o desenvolvimento regional é igualmente determinado pelo desempenho na competitividade, na coesão e na qualidade ambiental.

A competitividade pretende captar o potencial de cada sub-região para um bom desempenho (seja em termos de recursos humanos, seja no que respeita a infraestruturas físicas), o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, finalmente, a eficácia na geração e atração de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional. A coesão está associada ao grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos, aos perfis conducentes a uma maior inclusão social e à eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das respetivas disparidades. Na qualidade ambiental, captam-se as pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente – numa perspetiva vasta que se estende à qualificação e ao ordenamento do território, aos respetivos efeitos sobre o estado do mesmo e às consequentes respostas económicas e sociais, seja em termos de comportamentos individuais, seja ao nível das políticas públicas.

Estas três dimensões permitem acompanhar as trajetórias de evolução comparada das posições relativas das regiões portuguesas, assegurando uma representatividade espacial correspondente às sub-regiões NUTS III e a estimação de resultados para Portugal e para as regiões NUTS II em vigor.

III.2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação

- **Necessidades** resultantes de **obrigações legais**:
 - Legislação comunitária ☒
 - Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013 (Anexo XI – Parte II: Condicionalidades *ex ante* gerais, 7. Sistemas estatísticos e indicadores de resultados)
 - Compromissos perante organizações internacionais ☐
Especificar: _____
 - Legislação nacional ☒
 - Decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de setembro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos programas operacionais e dos programas de desenvolvimento rural financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento, para o período de programação 2014-2020
- **Pedido direto de informação** por parte do/de:
 - Entidades públicas nacionais ☐
 - Entidades comunitárias ☐
 - Programa Estatístico Europeu (PEE) ☐
 - Acordo informal (“Acordo de Cavalheiros”) ☐
 - Entidades privadas, nacionais ou estrangeiras ☐
Especificar: _____
 - Conselho Superior de Estatística (Recomendações, p.ex.) ☐
Especificar: _____
- Resultado de **inquéritos** às necessidades dos utilizadores ☐
- Necessidades de informação de **outras operações estatísticas** ☐
- Contrato/**Protocolo** específico com Entidade externa ☐
- Outras necessidades ☒
 - Informação de interesse público para a definição e monitorização de políticas públicas e informação de interesse académico para efeitos de ensino e de investigação.

III.3 Objetivos da operação estatística

O objetivo do ISDR é disponibilizar, numa base regular, resultados que permitam acompanhar as assimetrias regionais nas diversas vertentes do desenvolvimento regional e apoiar a análise de contexto das políticas públicas territorializadas ou com impactos territoriais diferenciados. Neste âmbito, o objetivo prende-se com a construção de quatro índices compósitos: competitividade, coesão, qualidade ambiental e índice global de desenvolvimento regional.

III.4 Financiamento da operação estatística

- Financiamento total:
 - da Entidade responsável ☒
 - da União Europeia (EUROSTAT) ☐
 - de outra Entidade ☐
 - Especificar: _____
- Cofinanciamento:
 - Entidade responsável e União Europeia ☐
 - Entidade responsável e outra Entidade (nacional ou externa à União Europeia) ☐
 - Especificar: _____

IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL

IV.1 Tipo de operação estatística

• Inquérito amostral	<input type="checkbox"/>
• Recenseamento	<input type="checkbox"/>
• Estudo estatístico	<input checked="" type="checkbox"/>

IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística

• Fonte direta	<input type="checkbox"/>
• Fonte não-direta	
○ Fonte administrativa	<input checked="" type="checkbox"/>
○ Outra operação estatística	<input checked="" type="checkbox"/>
○ Outra	<input type="checkbox"/>
▪ Especificar: _____	

IV.3 Periodicidade da operação estatística

• Mensal	<input type="checkbox"/>
• Trimestral	<input type="checkbox"/>
• Semestral	<input type="checkbox"/>
• Anual	<input checked="" type="checkbox"/>
• Bienal	<input type="checkbox"/>
• Trienal	<input type="checkbox"/>
• Quadrienal	<input type="checkbox"/>
• Quinquenal	<input type="checkbox"/>
• Decenal	<input type="checkbox"/>
• Não periódico	<input type="checkbox"/>
• Outra	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística

• Continente	<input type="checkbox"/>
• Região Autónoma da Madeira	<input type="checkbox"/>
• Região Autónoma dos Açores	<input type="checkbox"/>
• País	<input checked="" type="checkbox"/>
• Outro	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

IV.5 Principais utilizadores da informação

Utilizadores do Sistema Estatístico Nacional	
○ INE	<input checked="" type="checkbox"/>
○ Banco de Portugal	<input type="checkbox"/>
○ Direção Regional de Estatística da Madeira	<input type="checkbox"/>
○ Serviço Regional de Estatística dos Açores	<input type="checkbox"/>
○ Entidades com delegação de competências	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	
Outros utilizadores nacionais	<input checked="" type="checkbox"/>
Administração Pública (Administração Central, Administração Regional e Administração Local, nomeadamente, Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas); Sociedades Não Financeiras (empresas e associações empresariais); Pessoas Singulares (utilizadores individuais, em particular investigadores)	
Utilizadores Comunitários e outros Internacionais	<input checked="" type="checkbox"/>
Desconhece-se o âmbito de utilização destes índices por organismos internacionais, no entanto, os resultados de anteriores edições do ISDR foram analisados no Grupo de trabalho de indicadores territoriais da OCDE (ver ponto XII. Bibliografia).	

IV.6 Difusão

○ IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação

A informação deve ser disponibilizada até ao final do primeiro semestre do ano n+2.

○ IV.6.2 Revisões

1. Tipos de revisões de dados adotadas:

• Revisões regulares	
○ Correntes	<input checked="" type="checkbox"/>
○ Gerais	<input type="checkbox"/>
• Revisões extraordinárias	<input type="checkbox"/>

2. Circunstância em que são efetuadas as revisões:

As revisões regulares correntes do ISDR que decorrem da incorporação de nova informação têm impacto nos resultados a dois níveis: (1) na própria informação de base que sustenta a série retrospectiva do ISDR; (2) na incorporação de novos valores extremos no algoritmo na sequência da atualização anual da base de dados, quando aplicável.

No que respeita à informação de base que sustenta a série retrospectiva do ISDR, as revisões regulares correntes podem resultar de revisões da própria informação de base já incorporada na operacionalização de edições anteriores e/ou da incorporação de informação nova que não tenha sido possível incorporar em edições anteriores. Salienta-se, nesta situação, a informação que resulta de fontes administrativas que, pela sua própria natureza, poderá estar sujeita a alterações mais frequentes do que a informação resultante de fontes do SEN.

No que respeita à incorporação de novos valores extremos no algoritmo na sequência da atualização anual da base de dados (quando aplicável), a opção por um método de normalização composto por uma standardização estatística (z-score), seguida de um reescalonamento *minmax* ao nível dos indicadores para a operacionalização do ISDR, implica que, em cada momento de divulgação do índice, os scores divulgados anteriormente possam ser alvo de uma revisão regular corrente, apesar de se manter inalterada a escala ordinal e a posição regional (acima/abaixo) face ao desempenho médio nacional. Esta imposição resulta da necessidade de garantir que os valores máximo e mínimo de referência para o reescalonamento dos indicadores standardizados sejam os mesmos, devendo corresponder aos valores máximo e mínimo da matriz de indicadores de base standardizados da série temporal de dados completa, sob pena de se invalidar a possibilidade de comparações intertemporais dos valores dos índices (European Commission, 2005: 48).

3. Frequência das revisões:

As revisões regulares correntes do ISDR têm periodicidade anual.

○ **IV.6.3 Produtos de difusão regular**

Produtos a disponibilizar			
Tipo de produto	Designação do produto	Periodicidade de disponibilização	Nível geográfico (desagregação geográfica máxima)
<ul style="list-style-type: none"> • Destaque • Publicação • Indicadores estatísticos 	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Anual • Não periódica • Anual 	<ul style="list-style-type: none"> • NUTS III • NUTS III • NUTS III

V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

V.1 População-alvo

Sub-regiões NUTS III portuguesas

V.2 Base de amostragem

Não aplicável

V.3 Unidade estatística de observação

Unidade territorial

V.4 Desenho da amostra

Não aplicável

V.5 Construção do(s) questionário(s)

Não aplicável

V.6 Recolha de dados

○ V.6.1 Recolha direta de dados

Não aplicável

○ V.6.2 Recolha não-direta de dados

NOME DA FONTE	TIPO DE FONTE	IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE RESPONSÁVEL DA FONTE	PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS FACE AO PERÍODO DE REFERÊNCIA DO ISDR
Contas Económicas Regionais	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Estimativas Anuais da População Residente	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Demografia das Empresas	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Estatísticas das Filiais de Empresas Estrangeiras (FATS)	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Indicadores Demográficos	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Tábuas Completas de Mortalidade	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>

NOME DA FONTE	TIPO DE FONTE	IDENTIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA
Sistema de Contas Integradas das Empresas	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Óbitos por Causas de Morte	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Estatísticas do Pessoal de Saúde	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Estatísticas das Farmácias	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Inquérito aos espetáculos ao vivo	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Casamentos	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Estatísticas das Obras Concluídas	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Estatísticas dos Resíduos Urbanos	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Estatísticas do rendimento ao nível local	Operação estatística	INE	Ano <u>n</u>
Estatísticas da Criminalidade Registada	Operação estatística	DGPJ/MJ	Ano <u>n</u>
Recenseamento Escolar Anual	Operação estatística	DGEEC/MCTES/ME	Ano <u>n</u>
Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados no Ensino Superior	Operação estatística	DGEEC/MCTES/ME	Ano <u>n</u>
Estatísticas dos Recursos Humanos do Ensino Superior	Operação estatística	DGEEC/MCTES/ME	Ano <u>n</u>
Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional – Setor Empresas	Operação estatística	DGEEC/MCTES/ME	Ano <u>n</u>
Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional – Setor Institucional	Operação estatística	DGEEC/MCTES/ME	Ano <u>n</u>
Estatísticas dos Quadros de Pessoal	Operação estatística	GEP/ MTSSS	Ano <u>n</u>
Estatísticas do carvão, petróleo, energia elétrica e gás natural	Operação estatística	DGEG/MATE	Ano <u>n</u>
Sistemas Públicos Urbanos de Serviços de Águas Vertente Física e de Funcionamento (SPUSA VFF)	Operação estatística	INE, ERSAR, ERSARA, DREM	Ano <u>n</u>
Desemprego registado	Administrativa	Instituto do Emprego e Formação Profissional	Ano <u>n</u>

NOME DA FONTE	TIPO DE FONTE	IDENTIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	Administrativa	AT/MF	Ano <u>n</u>
Valor das pensões do regime geral da Segurança Social	Administrativa	II/MTSSS	Ano <u>n</u>
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção	Administrativa	II/MTSSS	Ano <u>n</u>
Cobertura territorial em banda larga	Administrativa	Altice Portugal	Ano <u>n</u>
Indicador de água segura (consumo humano)	Administrativa	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos; Direção Regional do Ambiente da R. A. da Madeira	Ano <u>n</u>
QualAr - base de dados online sobre qualidade do ar	Administrativa	Agência Portuguesa do Ambiente; Direções Regionais do Ambiente da R. A. dos Açores e da R. A. da Madeira	Ano <u>n</u>
Zonas classificadas (Rede Natura 2000 e Rede Nacional de Áreas Protegidas)	Administrativa	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (R.A. Madeira); Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo dos Açores.	Ano <u>n</u>
Planos Municipais de Ordenamento do Território	Administrativa	Direção Geral do Território. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (R. A. Açores); Direção Regional do Ordenamento do Território (R. A. Madeira)	Ano <u>n</u>
Carta Administrativa Oficial de Portugal	Administrativa	Direção Geral do Território	Ano <u>n</u>

A opção entre dados provenientes de operações estatísticas e dados administrativos assenta na relevância da informação e na racionalização e rentabilização dos recursos. Para uma descrição mais detalhada dos dados de recolha não-direta, veja-se o anexo 2 referenciado no capítulo VI, incluído no final do Documento Metodológico.

V.7 Tratamento de dados

○ V.7.1 Validação e análise

1. Identificar os tipos de validações efetuadas aos dados (resposta múltipla):

- Regras de domínio ☐
- Regras de coerência ☐
- Regras de estrutura ☒

2. Breve descrição dos métodos utilizados na análise dos dados recolhidos:

Do ponto de vista concetual, a competitividade, a coesão e a qualidade ambiental foram identificadas como as dimensões essenciais na avaliação do desenvolvimento regional. Nesta perspetiva, procurou-se que cada dimensão fosse representada com indicadores que correspondessem, tão fielmente quanto possível, à delimitação concetual definida.

A competitividade pretende captar o potencial de cada sub-região para um bom desempenho (seja em termos de recursos humanos, seja no que respeita a infraestruturas físicas), o grau de eficiência na trajetória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, finalmente, a eficácia na geração e atração de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional.

A coesão está associada ao grau de acesso da população a equipamentos e serviços coletivos básicos, aos perfis conducentes a uma maior inclusão social e à eficácia das políticas públicas traduzida no aumento da qualidade de vida e na redução das respetivas disparidades.

A qualidade ambiental visa captar as pressões exercidas pelas atividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente – numa perspetiva vasta que se estende à qualificação e ao ordenamento do território –, os respetivos efeitos sobre o estado do mesmo e as consequentes respostas económicas e sociais, seja em termos de comportamentos individuais, seja ao nível da definição de políticas públicas.

Sob esta perspetiva, o índice de desenvolvimento global é o resultado da representação estatística dos conceitos de competitividade, coesão e qualidade ambiental com igual ponderação, na medida em que a seleção dos indicadores de base se enquadrou naquela lógica concetual de visão tripartida do desenvolvimento regional.

A construção do ISDR tem por base 65 variáveis, de natureza económica, social e ambiental, relativas às sub-regiões NUTS III. O algoritmo de tratamento dos dados até à obtenção dos indicadores compósitos é constituído por um procedimento de normalização, um procedimento de agregação e um procedimento de apresentação e, é desenvolvido em folhas de cálculo Excel.

Indicadores de base

A eventual indisponibilidade da informação necessária, seja temporal, seja geográfica, pode exigir que, em situações específicas, haja a necessidade de adotar um procedimento que permita colmatar essa lacuna de informação. No caso específico de não estar disponível a informação para um dado momento do tempo e para a totalidade das regiões, adota-se a informação disponível mais recente.

Procedimento de normalização

Os indicadores de base selecionados são medidos em unidades ou escalas diferentes, tornando-se assim fundamental expressá-los numa unidade de medida e numa escala comuns. A standardização estatística (z-score) serve este objetivo, expurgando as diferenças de valores entre indicadores decorrentes das diferenças de unidades de medida e de escalas. Este procedimento resulta da subtração pela média e subsequente divisão pelo desvio-padrão (no caso de indicadores com sentido contrário ao grau de desenvolvimento, adota-se o simétrico da estatística z-score):

$$Sx_{rj} = \frac{x_{rj} - \bar{x}_j}{dp(x_j)}$$

Ou quando o indicador j se associa com sentido contrário ao grau de desenvolvimento:

$$Sx_{rj} = \frac{\bar{x}_j - x_{rj}}{dp(x_j)}$$

onde,

Sx_{rj} representa o indicador de base j normalizado na unidade territorial r,

x_{rj} representa o valor do indicador de base j na unidade territorial r,

\bar{x}_j representa a média da distribuição do indicador de base j,

$dp(x_j)$ representa o desvio-padrão da distribuição do indicador de base j.

Os indicadores selecionados associados com sentido contrário ao grau de desenvolvimento são:

- Taxa quinquenal de mortalidade infantil
- Dispersão municipal do rendimento familiar por habitante
- Beneficiários do RSI por 1 000 habitantes com 15 ou mais anos de idade
- Taxa de retenção e desistência no ensino básico
- Taxa de criminalidade contra as pessoas
- Desemprego registado por indivíduo em idade ativa
- Desemprego jovem registado por indivíduo jovem
- Disparidade entre sexos na relação entre desemprego registado e população residente média em idade ativa
- Taxa de fecundidade na adolescência
- Resíduos urbanos recolhidos por habitante
- Águas residuais drenadas por habitante

- Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro
- Consumo de água por habitante
- Taxa de espaços florestais ardidos
- Intensidade energética da economia em energia final

A estandardização estatística (z-score) elimina os problemas relativos à unidade de medida e à escala, gerando indicadores com média zero e desvio-padrão unitário. As médias zero evitam a introdução de enviesamentos na agregação, resultantes das diferenças de média. A divisão das médias pelo desvio-padrão permite reescalonar os indicadores, mas não impede que os indicadores com valores extremos tenham um maior impacto no indicador sintético, uma vez que os intervalos de variação efetiva desses indicadores serão maiores. Este facto será positivo, se o objetivo do indicador sintético for exatamente o de relevar as diferenças entre as unidades estatísticas.

Num segundo momento, optou-se pelo reescalonamento pelo método *minmax* como forma de anular os inconvenientes analíticos resultantes dos desempenhos negativos inevitáveis no método z-score e garantir a incorporação da variabilidade entre valores extremos presente nos indicadores nos resultados obtidos. Saliente-se que os resultados obtidos com o reescalonamento *minmax* assumem correlação unitária com os obtidos através do z-score. Assim, na aplicação do *minmax* como método de reescalonamento dos indicadores já estandardizados pelo procedimento z-score, tomam-se o máximo e o mínimo dos valores de toda a matriz de indicadores, considerando as séries anuais de todo o período de referência do índice (subtrai-se o mínimo de referência ao valor observado e divide-se essa diferença pela diferença entre o máximo de referência e o mínimo de referência):

$$NSx_{rj} = \frac{Sx_{rj} - Sx_{\text{mínimo}}^{\text{ref}}}{Sx_{\text{máximo}}^{\text{ref}} - Sx_{\text{mínimo}}^{\text{ref}}} \times 100$$

onde,

NSx_{rj} representa o indicador de base j normalizado na unidade territorial r,

Sx_{rj} representa o valor do indicador de base j na unidade territorial r,

$Sx_{\text{mínimo}}^{\text{ref}}$ representa o valor mínimo de referência,

$Sx_{\text{máximo}}^{\text{ref}}$ representa o valor máximo de referência.

Procedimento de agregação

Os indicadores de base, após a aplicação do procedimento de normalização, são agregados dando origem a índices parciais. Estes vários índices parciais são, em termos metodológicos, um passo intermédio para a construção do índice global. Optou-se pelos seguintes procedimentos:

- cada dimensão (competitividade, coesão e qualidade ambiental) foi obtida por agregação, através da média dos respetivos indicadores com igual ponderação;
- para obtenção do índice global, recorreu-se à média das dimensões com igual ponderação significando, por isso, que os resultados refletem uma visão tripartida do desenvolvimento regional, em que competitividade, coesão e qualidade ambiental assumem a mesma importância, acompanhando a base concetual do índice.

Procedimento de apresentação

Cada um dos quatro índices ao nível das NUTS III foi transformado por divisão com a respetiva média nacional (estimada através da média das NUTS III ponderada pela respetiva população residente), obtendo-se índices relativos referenciados ao valor nacional, de modo a facilitar a sua leitura, pois os índices assim transformados permitem aferir a distância de cada NUTS III em relação ao conjunto do país.

3. Metodologias para medir os erros de medida e de processamento:

No que respeita à seleção das variáveis de base, importa sublinhar que a informação é validada atendendo à coerência espacial e temporal, de forma a detetar eventuais incorreções na compilação das variáveis. No que respeita aos índices compósitos produzidos, importa sublinhar os seguintes aspetos:

- apesar da diversidade dos contextos territoriais existentes no país, na definição do modelo concetual de desenvolvimento regional, procurou-se assegurar a representatividade para o conjunto das 25 regiões NUTS III do país;
- os indicadores de base associados a cada dimensão procuram retratar os conceitos de competitividade, coesão e qualidade ambiental; na concetualização teórica e estatística de cada dimensão, procurou-se ter em conta uma lógica tridimensional do fenómeno que se pretende representar, que conduziu a que cada dimensão pudesse ser entendida como o resultado conjunto das condições para um melhor desempenho, dos comportamentos e das políticas públicas e privadas que corporizam processos de transformação das condições e dos resultados que exprimem de forma mais aproximada a concretização dos objetivos delineados; no caso da dimensão qualidade ambiental, a lógica assentou no trinómio pressão, resposta e estado;
- a seleção dos indicadores de base beneficiou de análises de sensibilidade e da auscultação a especialistas à pertinência estatística na representação das três dimensões do desenvolvimento regional;
- os quatro indicadores compósitos produzidos são validados sob as perspetivas espacial e temporal, de forma a assegurar a qualidade estatística dos mesmos;
- a opção pelo método de normalização composto por uma standardização estatística (z-score) seguida de um reescalonamento *minmax* ao nível dos indicadores para a operacionalização do ISDR implica que, em cada momento de divulgação do índice, os scores divulgados anteriormente possam ser alvo de revisão (em caso de alteração de um ou de ambos os valores extremos da base de dados standardizada), apesar de se manter inalterada a escala ordinal.

○ **V.7.2 Tratamento de não respostas**

Não aplicável

○ **V.7.3 Obtenção de resultados**

O cômputo dos quatro índices compósitos (índice global de desenvolvimento regional, competitividade, coesão e qualidade ambiental), produzidos no âmbito do ISDR, parte de um conjunto de 65 variáveis – 25 para a competitividade, 25 para a coesão e 15 para a qualidade ambiental. Estas variáveis são alvo de uma normalização (standardização *z-score* e reescalonamento *minmax*), seguindo-se um procedimento de agregação em que cada uma das três dimensões é obtida a partir da média dos indicadores normalizados que a compõem com igual ponderação e o índice global é obtido a partir da média das três dimensões. finalmente, é adotado um procedimento de apresentação que consiste na transformação, de cada um dos quatro índices ao nível das NUTS III, pela divisão com a respetiva média nacional (estimada através da média das NUTS III ponderada pela respetiva população residente), obtendo-se índices relativos referenciados ao valor nacional. Assim, da aplicação deste método, resulta um valor nacional que é estimado e não obtido diretamente a partir do modelo de análise que é aplicado exclusivamente às NUTS III. Tal como o valor nacional, os índices relativos às NUTS II são estimados por média ponderada pela respetiva população dos índices das respetivas NUTS III, como forma de assegurar a compatibilidade entre médias nacionais apuradas em cada um destes tipos de desagregação regional.

○ **V.7.4 Ajustamentos dos dados**

Não aplicável

○ **V.7.5 Comparabilidade e coerência**

No que respeita à comparabilidade geográfica, o ISDR permite a observação das assimetrias regionais em Portugal, numa base anual e nas vertentes da competitividade, da coesão, da qualidade ambiental e na vertente global do desenvolvimento regional.

No que respeita à comparabilidade temporal, a série iniciada em 2020 com a divulgação de dados anuais para o período 2011-2018 não é comparável com a série anterior (2004-2011) em virtude da adoção da nova geografia das sub-regiões NUTS III (NUTS-2013) e de ajustamentos na informação de base que sustenta a operacionalização do ISDR.

Ainda no que respeita à comparabilidade temporal, a opção por um método de normalização composto por uma standardização estatística (*z-score*) seguida de um reescalonamento *minmax* ao nível dos indicadores para a operacionalização do ISDR implica que, em cada momento de divulgação do índice, os scores divulgados anteriormente possam que ser alvo de uma revisão regular corrente, apesar de se manter inalterada a escala ordinal e a posição regional (acima/abaixo) face ao desempenho médio nacional. Esta imposição resulta da necessidade de garantir que os valores máximo e mínimo de referência para o reescalonamento dos indicadores standardizados sejam os mesmos, devendo corresponder aos valores máximo e mínimo da matriz de indicadores de base da série temporal de dados completa, sob pena de se invalidar a possibilidade de comparações intertemporais dos valores dos índices (European

Commission, 2005: 48). A opção pela estandardização estatística (z-score) com a média e o desvio-padrão não fixados num ano base permite uma avaliação da evolução do desempenho regional condicionada pela evolução registada pelo conjunto das NUTS III e não uma avaliação do desempenho de cada sub-região independentemente da evolução observada nas restantes sub-regiões.

○ **V.7.6 Confidencialidade dos dados**

1. Indicar se a operação estatística é objeto de tratamento de confidencialidade dos dados (resposta única):

- Sim ☐
- Não ☒

2. Se responder “sim” completar a resposta de acordo com a instrução de preenchimento.

VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO

- Suportes de Recolha: não aplicável.
- Variáveis: a observação direta de variáveis não se aplica. O estudo estatístico recolhe variáveis provenientes de outras operações estatísticas do SEN e de procedimentos administrativos, para as 25 sub-regiões NUTS III portuguesas. Para uma descrição mais detalhada dos dados de recolha não-direta, veja-se o anexo 2 incluído no final do Documento Metodológico.

VII. VARIÁVEIS DERIVADAS

Não aplicável.

VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR

Indicador		Variável medida			Dimensões de análise					
					Código	Data início vigência	Designação	Classificação/ versão associada		
		Código	Data início vigência	Designação				Código	Designação	Nível
0008243 (Código SMI: 11980)	Índice sintético de desenvolvimento regional (Índice global) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual	8132	29-03-2010	Índice sintético de desenvolvimento regional (Índice global)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					8130	09-03-2015	Localização geográfica (NUTS - 2013)	03505	NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1	4
0008244 (Código SMI: 11981)	Índice sintético de desenvolvimento regional (Competitividade) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual	8145	08-04-2010	Índice sintético de desenvolvimento regional (Competitividade)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					8130	09-03-2015	Localização geográfica (NUTS - 2013)	03505	NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1	4
0008245 (Código SMI: 11982)	Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual	8146	08-04-2010	Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					8130	09-03-2015	Localização geográfica (NUTS - 2013)	03505	NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1	4
0008246 (Código SMI: 11983)	Índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade ambiental) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual	8147	08-04-2010	Índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade ambiental)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					8130	09-03-2015	Localização geográfica (NUTS - 2013)	03505	NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1	4

IX. CONCEITOS

Código	Designação	Definição
1124	ADSL	Tecnologia de transmissão assimétrica de banda larga que usa os pares de cobre da cablagem telefónica existente para comunicação de dados a taxas elevadas e acesso a serviços multimédia. Um circuito ADSL providencia três canais de informação: um canal <i>downstream</i> (sentido Internet para o PC) de alto débito (1,5 a 8Mbit/s), um canal duplex de alto débito médio de <i>upstream</i> (sentido PC para a Internet) (16 a 640Kbit/s) e um canal para o serviço telefónico.
2615	ÁGUAS RESIDUAIS	Águas usadas que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com ação perniciosa para o ambiente. Não se consideram as águas de arrefecimento.
254	ALUNO	Indivíduo que, após um ato de registo administrativo, participa em percursos de educação e formação no âmbito da educação formal.
4418	ÁREA PROTEGIDA	Área terrestre, área aquática interior ou área marinha na qual a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentam uma relevância especial decorrente da sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico e que exigem medidas específicas de conservação e gestão no sentido de promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, pela regulamentação das intervenções artificiais suscetíveis de as degradar.
1242	BENEFICIÁRIO	Pessoa inscrita como titular do direito a proteção social no âmbito dos Regimes da Segurança Social, contributivos e não contributivos.
1104	CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO COLETIVO	Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal.
164	CASAMENTO	Contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida, nos termos da legislação em vigor.
6761	CENTRAL DE COGERAÇÃO	Instalação onde se faz a produção simultânea e combinada de eletricidade e calor.
3222	CONCELHO (MUNICÍPIO)	Circunscrição administrativa, que se subdivide em freguesias.
257	CONCLUSÃO	Situação que ocorre em consequência do aproveitamento com êxito do aluno ou formando na finalização de um nível de ensino, ciclo de estudos, ou curso, de uma unidade de formação, unidade de formação de curta duração, unidade de competência ou componente de formação.
10104	CONSUMO AUTORIZADO	Volume de água, incluindo água exportada, que é fornecido a consumidores registados, à própria entidade gestora e a outros, implícita ou explicitamente autorizados, para uso doméstico, comercial e industrial, durante o período de referência. O consumo pode ser faturado ou não faturado, medido ou não medido, de acordo com a prática local.
7266	CRIME REGISTADO	Crime detetado pelas autoridades policiais ou levado ao seu conhecimento por meio de denúncia ou queixa.

Código	Designação	Definição
166	DENSIDADE POPULACIONAL	Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).
1465	DESEMPREGO REGISTADO	Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm emprego, que procuram um emprego e que estão disponíveis para trabalhar.
2852	DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	Sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a coleta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio recetor (solo de água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, intercetor, estação de tratamento e emissário final.
508	EMPRESA	Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.
6741	ENERGIA ELÉTRICA	Energia produzida por centrais hidroelétricas, nucleares e térmicas convencionais, de ondas e marés, eólicas e solares fotovoltaicas.
6902	ENERGIA EÓLICA	Energia cinética do vento explorada para a produção de eletricidade em turbinas eólicas.
6700	ENERGIA GEOTÉRMICA	Energia disponível como calor emitido do interior da crosta terrestre, geralmente sob a forma de água quente ou de vapor.
6701	ENERGIA HÍDRICA	Energia potencial e cinética da água convertida em eletricidade em centrais hidroelétricas.
3885	ENSINO SECUNDÁRIO	Nível de ensino que sucede ao ensino básico, caracteriza-se por maior diversidade e complexidade da oferta de educação e formação e visa o aprofundamento de aprendizagens para o prosseguimento de estudos ou o ingresso no mercado de trabalho.
3889	ENSINO SUPERIOR	Nível de ensino que sucede ao ensino secundário, caracteriza-se por elevada complexidade e visa aprendizagens especializadas orientadas para o ingresso no mercado de trabalho.
3800	ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA (eo)	Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.
1118	ESTABELECIMENTO HOTELEIRO	Estabelecimento cuja atividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento.
520	FARMÁCIA	Estabelecimento devidamente autorizado a dispensar medicamentos ao público que estejam ou não sujeitos a receita médica.
5374	FLORESTA	Terrenos dedicados à atividade florestal. Estão incluídos os povoamentos florestais, áreas ardidas de povoamentos florestais, áreas a corte raso e outras áreas arborizadas.

Código	Designação	Definição
1809	GANHO	Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).
3804	ÍNDICE DE JUVENTUDE	Relação entre a população jovem e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 65 ou mais anos).
3807	ÍNDICE DE RENOVAÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 55-64 anos).
5438	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES	Imposto que incide sobre o valor anual dos rendimentos das pessoas singulares residentes em Portugal, independentemente do local onde foram obtidos, e sobre o valor dos rendimentos obtidos em Portugal por não residentes.
10185	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES LIQUIDADO	Valor do imposto que corresponde ao imposto devido, ou seja, à coleta líquida das deduções previstas no código do IRS e dos benefícios fiscais, antes de efetuadas as deduções relativas às retenções na fonte e aos pagamentos por conta.
138	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	Todo o trabalho criativo prosseguido de forma sistemática, com vista a ampliar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações.
4385	MÉDICO	Profissional de saúde com licenciatura em medicina e autorização pela respetiva ordem profissional para o exercício da medicina.
194	MORTALIDADE INFANTIL	Óbitos de crianças nascidas vivas, que faleceram com menos de um ano de idade.
198	NACIONALIDADE	Ligação jurídica especial entre um indivíduo e o seu País, adquirida por nascimento ou naturalização, na sequência de declaração, opção, casamento ou outro meio, nos termos da legislação em vigor.

Código	Designação	Definição
4394	NOMENCLATURA DAS UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICO (NUTS)	Nomenclatura estatística comum das unidades territoriais, de modo a permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas na Comunidade Europeia. A nomenclatura NUTS subdivide o território económico dos Estados Membros em unidades territoriais e atribui a cada unidade territorial uma designação e um código específicos. A nomenclatura NUTS é hierárquica. Subdivide cada Estado-Membro em unidades territoriais de nível NUTS 1, cada uma das quais é subdividida em unidades territoriais de nível NUTS 2, sendo estas, por sua vez, subdivididas em unidades territoriais de nível NUTS 3. O território económico de cada país, tal como definido na Decisão nº 91/450/CE CEE da Comissão, inclui igualmente território extrarregional, constituído por partes do território económico que não podem estar ligadas a determinada região (espaço aéreo nacional, águas territoriais e plataforma continental, enclaves territoriais, especialmente as embaixadas, consulados e bases militares, bem como depósitos de petróleo, gás natural, etc., em águas internacionais, fora da plataforma continental, a funcionar sob a responsabilidade de unidades residentes). Da classificação NUTS deverá igualmente constar a possibilidade de obter dados estatísticos relativos a esse território enclaves. As alterações à classificação NUTS serão decididas em estreita concertação com os Estados-Membros. A aplicação das NUTS é obrigatória em todos os casos de recolha e compilação de informação estatística de natureza económica e demográfica realizada no contexto das competências e atribuições dos serviços públicos, integrados ou não no Sistema Estatístico Nacional.
1535	OBRA CONCLUÍDA	Obra que reúne condições físicas para ser habitada ou utilizada, independentemente de ter sido ou não concedida a licença ou autorização de utilização.
3080	OBRA DE ALTERAÇÃO	Obra de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, assim como a natureza e a cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento, implantação ou cêrcea.
3231	OBRA DE AMPLIAÇÃO	Obra de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação (ampliação horizontal), da cêrcea ou do volume de uma edificação existente (ampliação vertical).
3078	OBRA DE CONSTRUÇÃO NOVA	Obra de construção de edificação inteiramente nova.
3079	OBRA DE RECONSTRUÇÃO SEM PRESERVAÇÃO DA FACHADA	Obra de construção subsequente à demolição de parte de uma edificação existente, da qual resulte a reconstituição da estrutura da fachada, da cêrcea e do número de pisos.
1301	PENSÃO	Prestação pecuniária mensal de atribuição continuada nas eventualidades: morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice.
1315	PENSIONISTA	Titular de um prestação pecuniária nas eventualidades de: invalidez, velhice, doença profissional ou morte.

Código	Designação	Definição
2439	PESSOAL AO SERVIÇO	Pessoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros ativos de cooperativas); c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta diretamente remunerados; d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas diretamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes").
6136	PESSOAL DOCENTE	Conjunto dos docentes de jardins de infância e estabelecimentos de ensino.
206	POPULAÇÃO MÉDIA	População calculada pela média aritmética dos efetivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos.
208	POPULAÇÃO RESIDENTE	Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.
544	POSTO FARMACÊUTICO MÓVEL	Estabelecimento destinado à dispensa de medicamentos ao público, a cargo de um farmacêutico e dependente duma farmácia em cujo alvará se encontra averbado. Tem condições especiais devidamente regulamentadas, de instalação e funcionamento.
6502	PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO	Contribuição do fator trabalho utilizado pela empresa, medida pelo valor acrescentado bruto gerado por cada unidade de pessoal ao serviço.
2593	PRODUTO INTERNO BRUTO	Resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes na região ou no país no período de referência e que é calculado segundo a ótica da produção, da despesa e do rendimento.
5644	PRODUTO INTERNO BRUTO REGIONAL	Produto interno bruto avaliado a preços de mercado que corresponde à soma do valor acrescentado bruto a preços de base, com os impostos líquidos de subsídios, aos produtos e à importação, por região.

Código	Designação	Definição
4791	REABILITAÇÃO URBANA	Intervenção integrada, sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e é modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas e espaços de utilização coletiva e de obras de reconstrução, alteração, conservação, construção ou ampliação dos edifícios.
2867	RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS	Recolha de resíduos efetuada de forma a manter os resíduos separados por tipo e natureza (fluxo de resíduo e/ou fileira de resíduo) com vista a facilitar o tratamento.
10182	RENDIMENTO BRUTO DECLARADO	Rendimento que corresponde: 1) ao valor do rendimento não isento antes de efetuada qualquer dedução específica para as categorias A (Trabalho dependente) e H (Pensões); 2) ao valor do rendimento líquido, ou seja, ao valor do rendimento depois de efetuadas as respetivas deduções específicas, para as restantes categorias.
1349	RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO	Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.
2870	RESÍDUO URBANO	Resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua composição ou características, seja semelhante ao produzido nas habitações.
278	RETENÇÃO	Situação que ocorre em consequência do aproveitamento sem êxito do aluno pelo não cumprimento dos requisitos previstos na legislação em vigor para a frequência no ano de escolaridade seguinte àquele em que se encontra.
217	SALDO MIGRATÓRIO	Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.
1355	SEGURANÇA SOCIAL	Conjunto de sistemas e subsistemas de direito exercido nos termos estabelecidos na Constituição, nos instrumentos internacionais aplicáveis e na Lei de Bases da Segurança Social.
6958	SESSÃO	Apresentação pública concreta de um espetáculo com hora de início predefinida.
10106	SISTEMAS PÚBLICOS URBANOS DE SERVIÇOS DE ÁGUA	Sistemas de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais que visam servir as populações, sendo instalados, em regra, na via pública, em terrenos da entidade gestora associada ou de outros, cuja ocupação é do interesse público.
3967	SÍTIO DE IMPORTÂNCIA COMUNITÁRIA (S.I.C.)	Sítio que, na ou nas regiões biogeográficas a que pertence, contribui de forma significativa para manter ou restabelecer um tipo de habitat natural ou uma espécie, num estado de conservação favorável e para manter a diversidade biológica. Um sítio (classificado no âmbito da Diretiva 92/43/CEE do Conselho) que, na ou nas regiões biogeográficas atlântica, mediterrânica ou macaronésica, contribua de forma significativa para manter ou restabelecer um tipo de habitat natural do anexo B-I ou de uma espécie do anexo B-II num estado de conservação favorável, e possa também contribuir de forma significativa para a coerência da Rede Natura 2000 ou para, de forma significativa, manter a diversidade biológica na ou nas referidas regiões biogeográficas.

Código	Designação	Definição
6519	SOBREVIVÊNCIA DA EMPRESA	Uma empresa sobrevive se estiver em atividade em termos de volume de negócios e/ou emprego em qualquer período do ano ou se a unidade legal a que está ligada tiver cessado a atividade, mas esta tenha sido retomada por uma ou mais unidades legais novas, criadas especificamente para utilizar os fatores de produção dessa empresa.
3102	SOLO URBANO	Solo ao qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e edificação e no qual se integram os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada.
222	TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO	Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 ou 1000 habitantes).
228	TAXA DE FECUNDIDADE GERAL	Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 mulheres em idade fértil).
231	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados vivos).
6515	TAXA DE NATALIDADE DE EMPRESAS	Quociente entre o número de nascimentos reais e o número de empresas ativas no período de referência.
6204	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO	Conjunto de infraestruturas e ferramentas eletrónicas que permitem produzir, armazenar, processar e disseminar/partilhar informação.
1546	TIPO DE OBRA	Classificação dos trabalhos efetuados em edifícios ou terrenos segundo as seguintes modalidades: construção nova, ampliação, alteração, reconstrução e demolição.
2606	TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM	Pessoas que, nos termos de um contrato, trabalham para uma unidade institucional residente, recebendo em contrapartida uma remuneração, registada como remuneração dos empregados.
5826	USO DO SOLO, EQUIPAMENTOS E PARQUES URBANOS	Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOT como equipamento, equipamento existente, equipamento proposto.
5824	USO DO SOLO NA INDÚSTRIA	Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOT como indústria, indústria existente, indústria proposta, indústria extrativa.
5827	USO DO SOLO NO TURISMO	Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOT como turismo, turismo existente, turismo proposto.
5825	USO DO SOLO URBANO	Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOT como urbano, urbano e urbanizável, urbanizável, comércio e serviços, comércio e serviços existentes, comércio e serviços propostos, edificação dispersa.

Código	Designação	Definição
5645	VALOR ACRESCENTADO BRUTO	Corresponde ao saldo da conta de produção, a qual inclui em recursos, a produção, e em empregos, o consumo intermédio, antes da dedução do consumo de capital fixo. Tem significado económico tanto para os setores institucionais como para os ramos de atividade. O VAB é avaliado a preços de base, ou seja, não inclui os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos.
2772	VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO	Valor criado pelo processo produtivo durante o período de referência e é obtido pela diferença entre a produção e os consumos intermédios.
3965	ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL	Área de importância comunitária no território nacional em que são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou restabelecimento do estado de conservação das populações das espécies de aves selvagens inscritas no anexo A-I do DL 140/99, de 24 de abril e dos seus habitats.

X. CLASSIFICAÇÕES

Código (versão)	Designação (versão)	Sigla
V00554	Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3	CAE Rev.3
V00017	Código da divisão administrativa (distritos/municípios/freguesias)	-
V03503	Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos, versão de 2013	NUTS 2013
V03505	NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1	-

XI. SIGLAS E ABREVIATURAS

Código	Designação	Extensão
5743	ADSL	Linha de Subscritor Digital Assimétrica
7965	AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
4521	CAE	Classificação das Atividades Económicas Portuguesa por Ramos de Atividade
5896	CAE Rev. 3	Classificação Portuguesa das atividades Económicas, Revisão 3
7775	CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
7185	CGA	Classificação Geral das Atividades do INE
4096	DEE	Departamento de Estatísticas Económicas
7773	DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
4596	DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia

Código	Designação	Extensão
4583	DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
4492	DMET	Documento Metodológico
6414	DPP	Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais
4615	DREM	Direção Regional de Estatística da Madeira
7968	DSLML	Digital Subscriber Line Access Multiplexer
8025	ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
10422	ERSARA	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores
4134	Eurostat	Serviço de Estatística da União Europeia
5620	GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
5870	GET	Gabinete para a Coordenação das Estatísticas Territoriais
4159	I&D	Investigação e Desenvolvimento
4593	II,I.P	Instituto de Informática, I. P
4172	INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
6793	IRS	Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares
7435	ISDR	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional
7966	kb/s	Kilobits por segundo
4181	kg	Quilograma
4182	km	Quilómetro
645	MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
7871	MF	Ministério das Finanças
2342	ME	Ministério da Educação
4193	MJ	Ministério da Justiça
4192	MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
5415	N.º	Número
4201	NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
4203	OCDE (OECD)	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (Organization for Economic Co-operation and Development)
6315	ONGA	Organizações Não Governamentais de Ambiente
4569	PIB (GDP)	Produto Interno Bruto (Gross Domestic Product)
7436	PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
6435	PO	Programa Operacional
6439	QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional

Código	Designação	Extensão
7348	RSI	Rendimento Social de Inserção
4226	SEN	Sistema Estatístico Nacional
4229	SIGINE	Sistema de Informação de Gestão do INE
8034	SIC	Sítios de Importância Comunitária
7606	SIRAPA	Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente
10424	SPUSA/VFF	Sistemas Públicos Urbanos dos Serviços de Águas/Vertente Física e de Funcionamento
6591	Tep	Tonelada Equivalente de Petróleo
4238	UE	União Europeia
4578	UO	Unidade Orgânica
4241	VAB	Valor Acrescentado Bruto
7212	ZPE	Zona de Proteção Especial

XII. BIBLIOGRAFIA

- Bandura, R. (2008), *A Survey of Composite Indices Measuring Country Performance: 2008 update*, United Nations Development Programme – Office of Development Studies.
- Carvalho, A. e Matias, S. (2004), “Índices de Desenvolvimento para as Regiões Portuguesas - 2001”, DPP, *Prospetiva e Planeamento*, nº 10.
- Documento Metodológico – Casamentos, cód. 106/versão 2.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Criminalidade Registada - Mapa para Notação de Crimes (Mod 262), cód. 490/versão 1.0, DGPJ/Ministério da Justiça.
- Documento Metodológico – Demografia das Empresas, cód. 135/versão 2.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Estatísticas das Farmácias, cód. 351/versão 1.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Estatísticas das Filiais de Empresas Estrangeiras (FATS), cód. 442/versão 2.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Estatísticas das Obras Concluídas, cód. 167/versão 1.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Estatísticas do Pessoal de Saúde, cód. 352/versão 1.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Estatísticas dos Resíduos Urbanos, cód. 342/versão 2.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Estimativas Anuais da População Residente, cód. 113/versão 1.1, DES/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Indicadores Demográficos, cód. 117/versão 1.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, cód. 127/versão 1.0, versão 1.1, versão 1.2, versão 1.3 e versão 1.4, DES/Instituto Nacional de Estatística
- Documento Metodológico – Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, cód. 127/versão 2.0, GET/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos, cód. 305/versão 4.0, DEE/Instituto Nacional de Estatística.
- Documento Metodológico – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional - Setor Institucional, cód. 422/versão 4.0, DGEEC/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Documento Metodológico – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional - Setor Empresas, cód. 421/ versão 3.1, DGEEC/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Documento Metodológico – Inquérito ao Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior, cód. 419/versão 2.1, DGEEC/Ministério da Educação e Ciência.

Documento Metodológico – Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados no Ensino Superior - RAIDES, cód. 420/versão 2.1, DGEEC/Ministério da Educação e Ciência.

Documento Metodológico – Inquérito aos Espetáculos ao Vivo, cód. 63/versão 3.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente, cód. 326/versão 1.3, DEE/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Sistemas Públicos Urbanos de Serviços de Águas/ Vertente Física e de Funcionamento (SPUSA / VFF), cód. 71/versão 1.1, DEE/Instituto Nacional de Estatística.

Documento Metodológico – Óbitos por Causas de Morte, cód. 353/versão 1.1, Instituto Nacional de Estatística e Direção-Geral da Saúde.

Documento Metodológico – Quadros de Pessoal, cód. 395/versão 1.0, GEP/Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Documento Metodológico – Recenseamento Escolar Anual, cód. 124/versão 2.1, DGEEC/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Documento Metodológico – Tábuas Completas de Mortalidade, cód. 84/versão 2.0, DES/Instituto Nacional de Estatística.

DPP (2006), *Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013: Avaliação ex-ante*, Lisboa, outubro.

European Commission (2005), *Tools for Composite Indicators Building*, Joint Research Centre.

Eurostat (2009), *High-tech industry and knowledge-intensive services*, Reference Metadata in Euro SDMX Metadata Structure (ESMS).

INE (2019), *Estatísticas do Rendimento ao nível local - Indicadores do rendimento bruto declarado no IRS 2017*. Lisboa: INE.

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais.

Mateus, Augusto & Associados, CIRIUS, Geoldeia e CEPREDE (2005), “Competitividade territorial e coesão económica e social”, *Colecção Estudos de Enquadramento Prospectivo do Quadro Comunitário de Apoio III*, Observatório do QCA III, Lisboa.

OCDE (1992), *Políticas industriais nos países da OCDE*, Relatório Anual.

OECD (2000), *Information Technology Outlook 2000: ICT's, E-commerce and the Information Economy*, Paris.

OCDE (2001), *Tableau de bord de l'OCDE de la science, de la technologie et de l'industrie: Vers une économie fondée sur le savoir*, Paris.

- OECD (2003), *Composite indicators of country performance: a critical assessment*, Paris.
- OECD (2007), *Information Economy – Sector Definitions based on the International Standard Industry Classification (ISIC 4)*, DSTI/ICCP/IIS(2006)2/FINAL.
- OECD, European Commission, Joint Research Centre (2008), *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*, OECD Publishing.
- Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020 (2014).
- Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.
- Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão Europeia, de 8 de agosto.
- Vala, F. e Pinho, M.M. (2012), “Monitoring Regional Development in a Multidimensional Perspective: The Regional Development Composite Index (ISDR) for the Portuguese NUTS Level 3 Regions”. Em Baleiras, Rui Nuno (Coord.), *Casos de Desenvolvimento Regional – Exercícios e Soluções*; Príncipe Editora.
- Vala, F. e Pinho, M.M. (2011), “Monitoring Regional Development in a Multidimensional Perspective: An Application to the Portuguese NUTS 3 Level Regions”. Em Baleiras, Rui Nuno (Coord.), *Casos de Desenvolvimento Regional*, Príncipe Editora.
- Vala, F. e Pinho, M.M. (2011), “A composite index for monitoring regional development in OECD regions”, OECD, Working Party on Territorial Indicators, Paris, 29 de novembro.
- Vala, F.; Pinho, M. M. e Martins, N. (2010), “A composite indicator for monitoring regional development in OECD regions”, OECD, Working Party on Territorial Indicators, Paris, 30 de novembro.
- Wong, D. S. W. (1993), "Spatial Indices of Segregation", *Urban Studies*, 30(3): 559-572.

XIII. ANEXOS

Anexo 1 (anexo ao ponto III.1 Contexto da operação estatística)

Constituição das NUTS 2013

NUTS I	NUTS II	NUTS III	População (Censos 2011)	Nº de municípios
Continente	Norte	Alto Minho	244 836	10
		Cávado	410 169	6
		Ave	425 411	8
		Área Metropolitana do Porto	1 759 524	17
		Alto Tâmega	94 143	6
		Tâmega e Sousa	432 915	11
		Douro	205 157	19
		Terras de Trás-os-Montes	117 527	9
	Centro	Região de Aveiro	370 394	11
		Região de Coimbra	460 139	19
		Região de Leiria	294 632	10
		Viseu Dão Lafões	267 633	14
		Beiras e Serra da Estrela	236 023	15
		Beira Baixa	89 063	6
		Oeste	362 540	12
		Médio Tejo	247 331	13
	Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	2 821 876	18
	Alentejo	Alentejo Litoral	97 925	5
		Alto Alentejo	118 506	15
		Alentejo Central	166 726	14
		Baixo Alentejo	126 692	13
		Lezíria do Tejo	247 453	11
	Algarve	Algarve	451 006	16
Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	246 772	19
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	267 785	11

Indicadores que deixaram de integrar a informação de base do ISDR

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Informação complementar
Coesão			
Médicos ao serviço nos centros de saúde por 1000 habitantes	INE, Inquérito aos centros de saúde. INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	Relação entre o número de médicos ao serviço nos centros de saúde e a população residente no final do ano (expressa por 1 000 indivíduos) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano).

Indicadores que passaram a integrar a informação de base do ISDR

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Informação complementar
Coesão			
Médicos por 1 000 habitantes por local de residência	INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde	N.º	Relação entre o número de médicos por local de residência e a população residente no final do ano (expressa por 1 000 indivíduos)

Anexo 2 (anexo ao ponto VI. Variáveis de recolha não-direta)

Competitividade

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Sentido	Informação complementar	Disponibilidade da informação
SEM					
PIB por habitante	INE, Contas económicas regionais (Base 2016) ¹ .	Milhares de euros	+	Relação entre o produto interno bruto e a população de referência	Indicador disponível no BDD 0009975
Produtividade aparente do trabalho	INE, Sistema de contas integradas das empresas.	Milhares de euros	+	Relação entre o valor acrescentado bruto e o número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos das empresas	Indicador não disponível em produtos regulares ³
Proporção de vendas e prestações de serviço ao exterior no volume de negócios das sociedades	INE, Sistema de contas integradas das empresas.	%	+	Relação percentual entre as vendas e prestações de serviço ao exterior e o volume de negócios das sociedades (ótica da localização da sede da sociedade) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)	Indicador não disponível em produtos regulares ³
Densidade populacional	INE, Estimativas anuais da população residente. DGT, Carta administrativa oficial de Portugal.	N.º/km ²	+	Relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada (população residente no final do ano) e a superfície desse território <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008337
Número de empregados por 100 indivíduos em idade ativa	INE, Sistema de contas integradas das empresas. INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	+	Relação entre o número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos das empresas e a população no final do ano com 15 ou mais anos (expressa por 100 indivíduos com 15 e mais anos)	
Índice de renovação da população em idade ativa	INE, Indicadores demográficos.	N.º	+	Relação entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa por 100 pessoas com 55-64 anos) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008267
Proporção da população empregada por conta de outrem com ensino superior	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Quadros de Pessoal.	%	+	Relação percentual entre o número de trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa com ensino superior e o número de trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 395 (ver referência no capítulo XII)</i>	
Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros com 3 ou mais estrelas por 1 000 habitantes	INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos. INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	+	Relação, em permissão, entre a capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros de 3 ou mais estrelas (hotéis, hotéis-apartamentos, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos) e nas pousadas, determinada pelo número de camas existentes considerando como duas as camas de casal, e a população média residente <i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 305 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Informação de base disponível no BDD 0009875 0008268

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Sentido	Informação complementar	Disponibilidade da informação
Taxa de participação em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens	Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; DGEEC.	%	+	Relação percentual entre o número de alunos matriculados em cursos de dupla certificação nas modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (Cursos tecnológicos, Ensino artístico especializado, Cursos profissionais, Cursos de aprendizagem e Cursos CEF) e o número total de alunos matriculados em modalidades do ensino secundário orientadas para jovens (inclui Cursos gerais/científico-humanísticos)	Indicador disponível no BDD 0009528
Grau de especialização em fatores competitivos avançados	INE, Sistema de contas integradas das empresas.	%	+	Relação percentual entre o valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras onde escala, diferenciação ou I&D são fatores chave e o valor acrescentado bruto das indústrias transformadoras (ótica da localização da sede da sociedade) (adaptado para a CAE Rev. 3 a partir de OCDE, 1992)	Indicador não disponível em produtos regulares ³
Proporção de vendas e prestações de serviço ao exterior no volume de negócios das sociedades em atividades de alta e média-alta tecnologia	INE, Sistema de contas integradas das empresas.	%	+	Relação percentual entre as vendas e prestações de serviço ao exterior e o volume de negócios das sociedades em atividades de alta e média-alta tecnologia (ótica da localização da sede da sociedade) (a partir de 2007, adaptado para a CAE Rev. 3 a partir de OCDE, 2001, conforme Eurostat, 2009) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)	Indicador não disponível em produtos regulares ³
Proporção de VAB em ramos de atividade internacionalizáveis	INE, Sistema de contas integradas das empresas.	%	+	Relação percentual entre o valor acrescentado bruto dos ramos de atividades internacionalizáveis (A a C, H a J e L a N da CAE Rev. 3) e o valor acrescentado bruto total das sociedades (adaptado para a CAE Rev. 3 a partir de DPP, 2006) (ótica da localização da sede da sociedade)	Indicador não disponível em produtos regulares ³
Proporção de população residente em áreas urbanas com 10 mil ou mais habitantes	INE, Estimativas anuais da população residente. INE, Recenseamento da população e habitação - 2011. INE, Tipologia de áreas urbanas.	%	+	Relação percentual entre a população residente no final do ano em áreas urbanas com 10 mil ou mais habitantes (identificadas nos Censos 2011) e a população residente no final do ano <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador não disponível em produtos regulares
Intensidade tecnológica da atividade industrial e dos serviços	INE, Sistema de contas integradas das empresas.	%	+	Relação percentual entre o valor acrescentado bruto gerado nos serviços de alta tecnologia intensivos em conhecimento e nas indústrias de alta e média-alta tecnologia e o valor acrescentado bruto total das sociedades (ótica da localização da sede da sociedade) (a partir de 2007, adaptado para a CAE Rev. 3 a partir de OCDE, 2001, conforme Eurostat, 2009)	Indicador não disponível em produtos regulares ³
Proporção de pessoal ao serviço nas Tecnologias de Informação e Comunicação	INE, Sistema de contas integradas das empresas.	%	+	Relação percentual entre o número de pessoas ao serviço nas Tecnologias de Informação e Comunicação e o número total de pessoas ao serviço nas sociedades (ótica da localização da sede da sociedade) (adaptado para a CAE Rev. 3 a partir de OECD, 2000, conforme OECD, 2007)	Indicador não disponível em produtos regulares ³

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Sentido	Informação complementar	Disponibilidade da informação
Proporção da população empregada por conta de outrem que mudou de empresa em relação ao emprego total	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Quadros de Pessoal (pedido especial de apuramento).	%	+	Relação percentual entre o número de trabalhadores por conta de outrem que mudaram de empresa e o número total de trabalhadores por conta de outrem (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 395 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador não disponível em produtos regulares ³
Taxa de natalidade das sociedades	INE, Demografia das empresas.	%	+	Relação percentual entre o número de nascimentos reais de sociedades no ano <u>n</u> e o número de sociedades existentes no ano <u>n</u> (ótica da localização da sede da sociedade) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 135 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0009192 ⁴
Taxa de sobrevivência das sociedades dos ramos de atividade internacionalizáveis	INE, Demografia das empresas.	%	+	Relação percentual entre o número de nascimentos reais de sociedades das secções A a C, H a J e L a N da CAE Rev. 3 no ano <u>n</u> e o número dessas sociedades ainda ativas no ano <u>n+2</u> (ótica da localização da sede da sociedade) (adaptado para a CAE Rev. 3 a partir de DPP, 2006) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 135 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador não disponível em produtos regulares ³
Proporção de pessoal ao serviço das sociedades maioritariamente estrangeiras	INE, Estatísticas das filiais de empresas estrangeiras.	%	+	Relação percentual entre o número de pessoas ao serviço em sociedades (secções A a S da CAE Rev. 3 exceto secções K e O) com participação de capital estrangeiro superior a 50% e o número total de pessoas ao serviço (ótica da localização da sede da sociedade) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 442 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador não disponível em produtos regulares ³
Despesas das empresas em I&D no VAB das empresas	Ministério da Educação e Ciência, DGEEC - Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional. INE, Sistema de contas integradas das empresas.	%	+	Relação percentual entre as despesas das empresas em Investigação e Desenvolvimento e o valor acrescentado bruto gerado nos estabelecimentos das empresas <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 421 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador não disponível em produtos regulares
Despesas em I&D no PIB	Ministério da Educação e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DGEEC - Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional. INE, Contas económicas regionais (Base 2016) ² .	%	+	Relação percentual entre as despesas em Investigação e Desenvolvimento totais e o produto interno bruto <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 422 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0010084

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Sentido	Informação complementar	Disponibilidade da informação
Taxa de crescimento migratório	INE, Indicadores demográficos.	%	+	Saldo migratório observado durante o ano civil, referido à população média desse período (expressa por 100 habitantes) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008253
Taxa de atração líquida de trabalhadores por conta de outrem	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Quadros de Pessoal. Cálculos próprios.	%	+	Relação entre a diferença entre o fluxo de entrada e o fluxo de saída de trabalhadores por conta de outrem, entre o ano n-1 e o ano n, e o número médio de trabalhadores por conta de outrem, entre o ano n-1 e o ano n (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 395 (ver referência no capítulo XII)</i>	
Pessoas ao serviço, no interior e no exterior da unidade territorial, de empresas com sede na unidade territorial por pessoa ao serviço na unidade territorial de empresas com sede no exterior da unidade territorial	INE, Sistema de contas integradas das empresas (pedido especial de apuramento).	N.º	+	Relação entre o número de pessoas ao serviço, no interior e no exterior da unidade territorial, de empresas com sede na unidade territorial e o número de pessoas ao serviço na unidade territorial de empresas com sede no exterior da unidade territorial.	Indicador não disponível em produtos regulares ³
Procedimentos administrativos					
Cobertura territorial potencial em banda larga (ADSL)	Altice - Portugal. DGT, Carta administrativa oficial de Portugal. Cálculos próprios.	%	+	Relação, em percentagem, entre a área de influência de referência (raio de 2500 m) das centrais da Portugal Telecom com DSLAM e a superfície da unidade territorial (o raio de 2 500m corresponde a uma velocidade de débito de aproximadamente 4 000 kb/s para as quatro modalidades consideradas: ADSL2+ e ADSL, considerando cabos de cobre de 0,4mm e de 0,5mm)	Indicador não disponível em produtos regulares

Coesão

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Sentido	Informação complementar	Disponibilidade da informação
SEM					
Esperança de vida à nascença	INE, Tábuas completas de mortalidade.	Ano	+	Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 84 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008459

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Sentido	Informação complementar	Disponibilidade da informação
Taxa quinquenal de mortalidade infantil	INE, Óbitos por causas de morte.	%	-	Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um determinado período de tempo, referido ao número de nados vivos do mesmo período (expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1 000 nados vivos) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao quinquénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 353 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008711
Taxa de fecundidade geral	INE, Indicadores demográficos.	%	+	Relação, em permilagem, entre o número de nados vivos e o efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008276
Médicos por 1000 habitantes por Local de residência	INE, Estatísticas do pessoal de saúde. INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	+	Relação entre o número de médicos por local de residência e a população residente no final do ano (expressa por 1 000 indivíduos) <i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 352 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008356
Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	INE, Estatísticas das farmácias. INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	+	Relação entre o número total de farmácias e postos de medicamentos existentes no final do ano e a população residente no final do ano (expressa por 1 000 indivíduos) <i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 351 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008340
Pessoal docente por aluno matriculado no ensino superior	Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DGEEC.	N.º	+	Relação entre o pessoal docente do ensino superior e o número de alunos matriculados no ensino superior (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 419 e 420 (ver referência no capítulo XII)</i>	Informação de base disponível no BDD 0009231 0009244
Número de sessões de espetáculos ao vivo por 1 000 habitantes	INE, Inquérito aos espetáculos ao vivo. INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	+	Relação entre o número de sessões de espetáculos ao vivo e a população residente média (expressa por 1 000 indivíduos) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 63 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Informação de base disponível no BDD 0008619 0008268
Proporção de população residente em áreas urbanas com 5 000 ou mais habitantes	INE, Estimativas anuais da população residente. INE, Recenseamento da população e habitação - 2011. INE, Tipologia de áreas urbanas.	%	+	Relação percentual entre a população residente no final do ano em áreas urbanas com 5 mil ou mais habitantes (identificadas nos Censos 2011) e a população residente no final do ano <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador não disponível em produtos regulares

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Sentido	Informação complementar	Disponibilidade da informação
Taxa de pré-escolarização	Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DGEEC. INE, Estimativas anuais da população residente.	%	+	Relação percentual entre o número de indivíduos dos 3 aos 5 anos matriculados no ensino pré-escolar e a população residente no final do ano com idade entre 3 e 5 anos <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0009550
Taxa bruta de escolarização do ensino secundário	Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DGEEC. INE, Estimativas anuais da população residente.	%	+	Relação percentual entre o número de indivíduos matriculados no ensino secundário e o total da população residente no final do ano com idade entre 15 e 17 anos <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador não disponível em produtos regulares
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Quadros de Pessoal.	Euros	+	Relação entre o valor dos ganhos mensais dos trabalhadores por conta de outrem e o número de trabalhadores por conta de outrem <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 395 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0009047
Valor médio anual das pensões do regime geral da Segurança Social	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Instituto de Informática, I.P.	Euros	+	Relação entre o valor das pensões processadas dos regimes de velhice, invalidez e sobrevivência e o número de beneficiários (pensionistas)	Indicador disponível no BDD 0008248
Índice de juventude	INE, Indicadores demográficos.	N.º	+	Relação entre o número de pessoas residentes no final do ano com idade compreendida entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas residentes no final do ano com 65 ou mais anos (expressa por 100 indivíduos com 65 ou mais anos) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)</i>	Informação de base disponível no BDD 0008272
Beneficiários do RSI por 1 000 habitantes com 15 ou mais anos de idade	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Instituto de Informática, I.P. INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	-	Relação entre o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção e a população residente no final do ano com 15 ou mais anos (expressa por 1 000 indivíduos com 15 ou mais anos) (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008339
Taxa de retenção/desistência no ensino básico	Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DGEEC.	%	-	Relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino básico que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados no ensino básico, nesse ano letivo <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 124 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0009531
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário	Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, DGEEC.	%	+	Relação percentual entre o número de alunos matriculados no ensino secundário que, no final de um ano letivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados no ensino secundário, nesse ano letivo	Indicador disponível no BDD 0009534

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Sentido	Informação complementar	Disponibilidade da informação
				<i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 124 (ver referência no capítulo XII)</i>	
Taxa de criminalidade contra as pessoas	Ministério da Justiça, DGPJ. INE, Estimativas anuais da população residente.	%	-	Relação, em permilagem, entre o número de crimes contra as pessoas e a população residente no final do ano (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 490 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Informação de base disponível no BDD 0008073 0008273
Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira	INE, Casamentos.	%	+	Relação percentual entre o número de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira e o número total de casamentos (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 106 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível nos Anuários Estatísticos Regionais – subcapítulo II.01 População ⁴
Taxa de fecundidade na adolescência	INE, Indicadores demográficos.	%	-	Relação, em permilagem, entre nados vivos de mulheres com idade inferior a 20 anos e o efetivo médio de mulheres do grupo etário 15-19 anos (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 117 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008275 ⁴
Dispersão municipal do rendimento familiar por habitante	INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira ² . INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.	%	-	Dispersão municipal, medida pelo coeficiente de variação ponderado pela população residente, do rendimento bruto deduzido do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares liquidado, por indivíduo médio residente <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Informação de base disponível no BDD 0009775 0008268
Rendimento familiar por habitante	INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira ² . INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.	Euros	+	Rendimento bruto deduzido do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares liquidado, por indivíduo médio residente <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0009761

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Sentido	Informação complementar	Disponibilidade da informação
Capacidade de retenção do rendimento gerado	INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira ² . INE, Contas económicas regionais (Base 2016) ³ . Cálculos próprios.	N.º	+	Relação entre o rendimento bruto deduzido do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares liquidado e o valor acrescentado bruto	Informação de base disponível no BDD 0009775 0009982
Procedimentos Administrativos					
Desemprego registado por indivíduo em idade ativa	Instituto do Emprego e Formação Profissional. INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.	N.º	-	Relação entre as médias mensais do número de desempregados registados e a população média residente com 15 ou mais anos <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008949
Desemprego jovem registado por indivíduo jovem	Instituto do Emprego e Formação Profissional. INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.	N.º	-	Relação entre as médias mensais do número de desempregados registados com idade entre os 25 e os 34 anos e a população média residente com idade entre os 25 e os 34 anos <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008950
Disparidade entre sexos na relação entre desemprego registado e população residente média em idade ativa	Instituto do Emprego e Formação Profissional. INE, Estimativas anuais da população residente. Cálculos próprios.	%	-	Coeficiente de variação da relação entre o desemprego registado (médias mensais) de cada sexo e a população residente média em idade ativa de cada sexo ponderada pelo peso do desemprego registado (médias mensais) de cada sexo no total do desemprego registado (médias mensais) da respetiva unidade territorial <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador não disponível em produtos regulares

Qualidade ambiental

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Sentido	Informação complementar	Disponibilidade da informação
SEM					
Resíduos urbanos recolhidos por habitante	INE, Estatísticas dos resíduos urbanos. INE, Estimativas anuais da população residente.	kg	-	Relação entre o volume de resíduos urbanos recolhidos e a população média residente <i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 342 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008657 ⁴
Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente	INE, Estatísticas dos resíduos urbanos.	%	+	Relação percentual entre o volume de resíduos urbanos com recolha seletiva e o volume de resíduos urbanos recolhidos	Indicador disponível no BDD 0008658

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Sentido	Informação complementar	Disponibilidade da informação
				<i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 342 (ver referência no capítulo XII)</i>	
Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro	INE, Estatísticas dos resíduos urbanos.	%	-	Relação percentual entre o volume de resíduos urbanos depositados em aterro e o volume de resíduos urbanos recolhidos (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 342 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0008978 ⁴
Águas residuais drenadas por habitante	INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento. INE, Estimativas anuais da população residente.	Milhares de m³	-	Relação entre o volume de águas residuais drenadas e a população média residente (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 71 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0009602 ⁴
Contribuição da região para a substituição da produção de eletricidade produzida com energia primária fóssil por energias renováveis ou menor conteúdo de emissões	Ministério do Ambiente e Transição Energética, DGEG. Cálculos próprios.	%	+	Relação percentual entre a produção de eletricidade através de energia eólica, geotérmica, hídrica e de centrais de cogeração e o consumo de eletricidade total	Indicador não disponível em produtos regulares
Proporção da superfície de obras de reabilitação física no total de superfície de obras concluídas	INE, Estatísticas das obras concluídas (pedido especial de apuramento). Cálculos próprios.	%	+	Relação percentual entre a área total de obras de ampliação, alteração e reconstrução e a área total de obras concluídas (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 167 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador não disponível em produtos regulares
Consumo de água por habitante	INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento. INE, Estimativas anuais da população residente.	Milhares de m³	-	Relação entre o volume de água consumida e a população residente (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano) <i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 71 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador disponível no BDD 0009600 ⁴
Concentração territorial de novas construções	INE, Estatísticas das obras concluídas. Cálculos próprios.	%	+	Índice de Gini: concentração da área de construções novas concluídas (correspondente ao triénio terminado no ano) nas freguesias face à concentração da superfície das freguesias, incorporando um fator de contiguidade (Wong, 1993) <i>Nota: Variável associada à operação estatística/documento metodológico código 167 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador não disponível em produtos regulares

Designação da variável	Fonte	Unidade de medida	Sentido	Informação complementar	Disponibilidade da informação
Número de associados das ONGA de âmbito regional e local por mil habitantes	INE, Inquérito às organizações não governamentais de ambiente. INE, Estimativas anuais da população residente.	N.º	+	Relação entre o número de associados das Organizações Não Governamentais de Ambiente e de organizações equiparadas de âmbito regional e local e a população residente (expressa por 1 000 indivíduos) <i>Nota: Variável associada às operações estatísticas/documentos metodológicos códigos 326 e 113 (ver referência no capítulo XII)</i>	Indicador não disponível em produtos regulares
Intensidade energética da economia em energia final	DGEG. Contas económicas regionais (Base 2016) ¹ .	tep/10 ⁶ euros	-	Consumo final de energia elétrica, produtos de petróleo e gás natural relativizado pelo produto interno bruto a preços correntes	Indicador disponível no BDD 0009807
Procedimentos administrativos					
Indicador de água segura (consumo humano)	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.	%	+	[(1 – número de análises em falta / número de análises regulamentares obrigatórias) x (número de análises em cumprimento do valor paramétrico / número de análises realizadas com valor paramétrico)] x 100	Indicador disponível no BDD 0008663
Qualidade do ar	Agência Portuguesa do Ambiente, QualAr - base de dados online sobre qualidade do ar. Cálculos próprios.	-	+	Média ponderada do número de dias imputado a cada NUTS III, em cada uma das categorias do ar: Muito Bom (MB), Bom (B), Médio (Md), Fraco (F) e Mau (M). Designando por Ni o número de dias imputados à categoria i, com i = MB, B; Md, F e M, obtém-se IQAr = (5MB + 4B + 3Md + 2F + 1M) / 15. Consideram-se atmosféricos: NO ₂ (dióxido de azoto), SO ₂ (dióxido de enxofre) e O ₃ (ozono), CO (monóxido de carbono) e PM ₁₀ (partículas finas e inaláveis) (a cada ano foi associada a média do triénio terminado no ano)	Informação de base disponível no BDD 0006693
Zonas classificadas em percentagem da área total	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Direções Regionais do Ambiente da R. A. dos Açores e da R. A. da Madeira. DGT, Carta administrativa oficial de Portugal Cálculos próprios.	%	+	União das áreas das Zonas de Proteção Especial (ZPE) (Rede Natura 2000) e das áreas dos Sítios (Rede Natura 2000) e das Áreas Protegidas (Rede Nacional)) e interseção com a área terrestre definida pela CAOP / Área total x 100	Indicador disponível no BDD 0009046
Proporção de uso do solo potencialmente não urbano	Direção Geral do Território. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (R. A. Açores); Direção Regional do Ordenamento do Território (R. A. Madeira)	%	+	Relação percentual entre a superfície do uso do solo não identificado como «solo urbano» nos Planos Municipais de Ordenamento do Território e a superfície da unidade territorial	Indicador de base disponível nos AER Subcapítulo I.01 Território
Taxa de espaços florestais ardidos	Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.	%	-	Relação percentual entre a superfície florestal ardida e a superfície florestal total (a cada ano foi associado o indicador relativo ao triénio terminado no ano)	Indicador disponível no BDD 0008389 ⁴

¹ Dados definitivos de 2010 a 2017 e provisórios a partir de 2018.

² De 2010 a 2013, a informação teve por base a apropriação direta da informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira.

³ A incluir nos Anuários Estatísticos Regionais 2019.

⁴ Note-se que o indicador disponível no BDD/AER tem como base de apuramento 1 ano e no ISDR a informação tem como base de apuramento um período de 3 anos.